

Os museus do Estado... em estado de calamidade

Debate Política museológica
Agostinho Ribeiro

Se não existiam dúvidas sobre o rumo devastador que a política museológica nacional estava a tomar, pelo menos no entendimento de muitos museólogos e conservadores que disso deram público testemunho oportunamente, a realidade atual aqui está para nos comprovar o dramático retrocesso a que temos vindo a assistir ao longo deste quase um ano de vigência das novas leis orgânicas dos serviços que tutelam os museus do Estado.

Depois de um desenvolvimento positivo, ainda que não isento de algumas incoerências e fragilidades (que decorreu de 1992 até 2011), e onde o rumo definido apontava para uma maior descentralização e autonomia dos museus, fortalecimento da estrutura identitária e afirmação da imagem de cada entidade museológica, de *per se*, num relacionamento institucional, harmonioso e equilibrado, tanto com o serviço central coordenador, como com as restantes entidades museológicas existentes no país através da Rede Portuguesa de Museus, passamos agora à situação da existência de instituições avulsas e desconexas, que definham institucionalmente e se degradam simbolicamente em cada dia que passa, sem lógica programática nem coerência operacional. Tal situação decorre do facto de serem agora tuteladas por serviços dotados de escassíssimos conhecimentos científicos e técnicos na área da museologia, e deliberadamente omissos no respeito que a cada uma dessas instituições é devido pela sua história, função estratégica e razão missionária.

O panorama não podia ser mais desolador e deprimente. As maiores dificuldades e atropelos à ética e à deontologia profissionais encontram-se onde a falta de saberes museológicos e museográficos são maiores, onde o desconhecimento das realidades históricas de cada museu são mais evidentes e onde as coordenações técnicas e gestórias estão, pura e simplesmente, entregues à inaptidão.

Os casos mais expressivos desta constatação encontram-se bem patentes no que se passa atualmente em alguns museus do país cuja tutela foi transferida para as direções regionais de Cultura, onde se assiste ao seu desprestígio consubstanciado numa lamentável forma de procedimentos com que se age na interlocução entre as tuteladas e as unidades orgânicas, bem como num desprezível conteúdo substantivo do discurso, museologicamente incompetente, que é produzido.

Na abordagem do primeiro aspeto, a



forma, é fácil constatar a ausência de diálogo e o desprezo que estas novas tuteladas nutrem pelos “seus” museus, não se reunindo com a totalidade dos colaboradores de cada uma destas unidades orgânicas, não apresentando as linhas estratégicas de ação que supostamente definiram para estas entidades, fugindo sistematicamente ao cotejo direto, e legítimo, de ideias, opiniões e experiências, tudo junto fazendo com que os nomeados nos cargos de direção ou de coordenação tomem decisões erradas, do ponto de vista técnico-profissional, dando margem para a permissividade e irresponsabilidade de alguns dos atos produzidos.

Direções a tempo parcial, ausência de coordenação, alguma anarquia de serviço que se vai instalando oportunisticamente, desconsideração total e completa pelos colaboradores com maior conhecimento e experiência, traduzida em alguns casos



Um completo desastre conceptual e um enorme erro profissional — assim podemos resumir o primeiro ano de vigência deste novo modelo orgânico



em verdadeiros atos de ostracismo perverso sobre profissionais de passado exemplar, detendo alguns, inclusivamente, funções de chefia e direção, constituem a tônica geral nesses casos específicos de museus.

No que respeita aos conteúdos de natureza museológica, o panorama consegue ser ainda mais prejudicial aos museus, tudo devido a uma lamentável ausência de conhecimentos e saberes museológicos por parte dos serviços tutelares. De facto, tanto pelo que tem sido feito, na

forma e no conteúdo, como pelo que tem sido dito e escrito, percebe-se que para alguns dos responsáveis atuais não existem diferenças entre museus e monumentos, e tudo não passa de uma mesma construção conceptual em torno de uma ideia de património que, em boa verdade, já foi abandonada há muito em toda a Europa, embora por cá ainda se pretenda disfarçar o bolor do conceito com a “ideia” das dinâmicas do *showbiz*.

O erro fundamental está no entendimento, não assumido, de que gerir uma capela classificada como imóvel de interesse público, uma igreja classificada como monumento nacional ou um museu é, mais coisa menos coisa, o mesmo! Mas não é, porque não se podem confundir entidades com estruturas, nem serviços com instituições.

É importante que se saiba que todas estas constatações traduzem uma enorme irresponsabilidade gestora na vida atual de alguns museus, não se cumprindo minimamente os regulamentos internos e os normativos de segurança e de conservação, o que é muito grave, seja de que ponto de vista o possamos e queiramos entender.

O rol das situações em que a falta de preparação teórica e prática se demonstra possuir é grande, e estas novas práticas denunciam agora uma desarticulação com normas há muito seguidas nos museus do Estado e nos integrantes da Rede Portuguesa de Museus, em atropelo às mais elementares regras éticas e deontológicas dos seus profissionais, por completa ausência de informação transversal sobre as definições programáticas de cada museu.

A falta quase indecorosa que, mercê das direções policéfalas, passou a haver na ligação dos museus com as realidades locais constitui não só um fator desagregador e destruidor do trabalho desenvolvido ao longo das últimas décadas, como conduz à obliteração das instituições museológicas. Acresce a tudo isto a omissiva e deliberada omissão e “apagamento” de tudo quanto diga respeito ao trabalho desenvolvido anteriormente. Irónico, porque alguns museus, que sempre foram entendidos como espaços de memória, parece agora que deixaram de ter direito à sua própria história...

Os constrangimentos financeiros que atualmente se fazem sentir nos museus não podem, nem devem, fazer esquecer os princípios subjacentes à sua existência. O reforço da aplicação dos normativos vigentes é, no atual estado da situação, absolutamente indispensável que aconteça.

Um completo desastre conceptual e um enorme erro profissional — assim podemos resumir o primeiro ano de vigência deste novo modelo orgânico, no que aos museus do Estado diz respeito.

Mestre em Museologia e Património Cultural